



MINERAÇÃO MINAS BAHIA S.A.

CNPJ: 07.241.422/0001-06 - NIRE: 31.300.024.253

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Contexto operacional - A Mineração Minas Bahia S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado. A Companhia foi constituída em 3 de março de 2005 e têm por objetivo a indústria e comércio de minérios em geral, em todo território nacional, compreendendo pesquisa, lavra, serviços geológicos, beneficiamento, importação, exportação e comércio de produtos minerais, químicos e industriais. A sede social da Companhia está localizada na rua Paraíba, 1.000, 2º andar, Funcionários, Belo Horizonte - Minas Gerais - Brasil. Atualmente, a Companhia está em fase de pesquisa, realizando estudos e sondagens de recursos minerais, e vem dependendo seus recursos em pesquisa, sondagem, avaliação econômica do projeto de exploração de recursos minerais, os quais, de acordo com as estimativas iniciais, deverão ser absorvidos pelas receitas de operações futuras. As áreas onde a Companhia possui suas reservas de minério de ferro estão localizadas na região norte do Estado de Minas Gerais (próxima à divisa com o Estado da Bahia), no Município de Grão Mogol, onde está sendo instalada a base para suas operações. A Companhia tem prejuízo acumulado no valor de R\$ 223.661 (2020 - R\$ 210.757) e apresentou capital circulante líquido no montante de R\$ 1.695 (2020 - R\$ 2.617). A Companhia conta com a intenção do Grupo ERG S.A. ("Grupo ERG"), através do acionista controlador Bahia Minerais B.V. ("BM BV"), para fornecer recursos necessários para a continuidade de suas atividades. **Capital social** - O capital social autorizado está representado por 296.866 (duzentos e noventa e seis mil, oitocentos e sessenta e seis) de ações, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada, cujo valor integralizado corresponde a R\$ 297. **Continuidade operacional** - Apesar de vários desafios relacionados ao COVID-19, em 2021, a Companhia tomou medidas, de acordo com as recomendações da OMS e o Ministério da Saúde, para preservar a saúde de seus colaboradores e garantir a prevenção do contágio em suas áreas administrativas e operacionais, como o (a) trabalho

Balanco patrimonial - 31 de dezembro (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2021	2020	Passivo	Nota	2021	2020
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.141	2.640	Fornecedores		91	31
Tributos a recuperar		24	5	Partes relacionadas	9	370	-
Outros		19	19	Outros passivos		28	16
		2.184	2.664			489	47
Não circulante				Não circulante			
Fundos restritos	6	736	706	Empréstimos de partes relacionadas	9	171.413	159.890
Tributos a recuperar		368	368	Provisões para riscos trabalhistas	10	343	350
Outros ativos		-	19	Recuperação ambiental	11	619	375
		1.104	1.093			172.375	160.615
Imobilizado	7	2.578	2.711	Total do passivo		172.864	160.662
Intangível	8	1.543	1.543	Patrimônio líquido negativo		(223.561)	(210.757)
		4.121	4.254	Capital social	12 (a)	297	297
				Contribuição ao capital	12 (b)	57.809	57.809
Total do ativo		7.409	8.011	Prejuízos acumulados		(223.561)	(210.757)
						(165.455)	(152.651)
				Total do passivo e patrim. liq. negativo		7.409	8.011

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas

Demonstração da mutação do patrimônio líquido (passivos a descoberto)

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

	Capital social	Contribuições ao capital acumuladas	Prejuízos acumulados	Total
Em 01/01/2020	297	-	57.809	(174.168)
Prejuízo do exercício	-	-	-	(36.589)
Em 31/12/2020	297	-	57.809	(210.757)
Prejuízo do exercício	-	-	-	(12.804)
Em 31/12/2021	297	-	57.809	(223.561)

Notas explicativas as demonstrações contábeis - Em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional - A Mineração Minas Bahia S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado. A Companhia foi constituída em 3 de março de 2005 e têm por objetivo a indústria e comércio de minérios em geral, em todo território nacional, compreendendo pesquisa, lavra, serviços geológicos, beneficiamento, importação, exportação e comércio de produtos minerais, químicos e industriais. A sede social da Companhia está localizada na rua Paraíba, 1.000, 2º andar, Funcionários, Belo Horizonte - Minas Gerais - Brasil. **(a) Impactos do Covid-19 (Coronavirus)** - Apesar dos desafios impostos pela pandemia da COVID-19 ao longo de 2021, a Companhia adotou medidas em conformidade com as recomendações da OMS e do Ministério da Saúde com o intuito de preservar a saúde de seus colaboradores e garantir a prevenção do contágio em suas áreas administrativas, como o (a) trabalho remoto para as áreas administrativas, (b) implementação do horário flexível para as áreas não paralisadas ao longo do período, (c) higienização rigorosa dos locais e postos de trabalho, (d) distribuição de equipamentos de proteção individual, (e) testagem periódica de todos os colaboradores e terceirizados e (f) medição de temperatura corporal, dentre outros. A Companhia avalia que não houve impactos e/ou eventos, relacionados à pandemia da COVID 19, que afetassem o momento da Companhia, bem como o seu futuro operacional. **(b) Aprovação das demonstrações contábeis** - As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 08 de novembro de 2022. **2. Políticas contábeis** - As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados. **2.1. Base de preparação** - As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir perdas ou ganhos com valor justo de alguns instrumentos financeiros. A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia, no processo de aplicação de suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na nota 3. **2.2. Novas normas, interpretações e revisões emitidas** - **(a) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021** - Durante o exercício de 2021, foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e IASB a revisão das normas listadas abaixo, já vigentes no exercício de 2021. Tais pronunciamentos contábeis se tornaram efetivos a partir de 1º de janeiro de 2021, e as alterações foram avaliadas pela Administração da Companhia, e não houve impactos em suas demonstrações contábeis quanto a sua aplicação. • CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Arrendamentos; • CPC 11 / IFRS 4 - Contratos de Seguro; • CPC 15 (R1) / IFRS 3 - Combinação de Negócios; • CPC 25 / IFRS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes; • CPC 27 / IAS 16 - Ativo Imobilizado; • CPC 40 / IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação; e • CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros. Adicionalmente, o IASB trabalha com a emissão de novos pronunciamentos e revisão de pronunciamentos existentes, os quais entrarão em vigência somente em 01 de janeiro de 2023 com a convergência dos pronunciamentos pelo CPC, sendo: • CPC 26 (R1) / IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis; • CPC 23 / IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro; e • CPC 50 / IFRS 17 - Contratos de seguros. A Administração da Companhia está avaliando os impactos práticos que tais itens possam ter em suas demonstrações contábeis, na medida que os normativos estiverem regulamentados. **2.3. Conversão em moeda estrangeira** - **(a) Moeda funcional e moeda de apresentação** - Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais ("R\$"), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. **(b) Transações e saldos** - As operações em moedas estrangeiras

Demonstração do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

	Nota	2021	2020
Despesas gerais e administrativas	13	(816)	(736)
Outras despesas, líquidas	14	(254)	(146)
Prejuízo operacional		(1.070)	(882)
Receitas financeiras		12.090	11.247
Despesas financeiras		(23.824)	(46.954)
Resultado financeiro	15	(11.634)	(35.707)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(12.804)	(36.589)
Tributos sobre o lucro		-	-
Prejuízo do exercício		(12.804)	(36.589)

Demonstrações dos resultados abrangentes

	2021	2020
Prejuízo do exercício	(12.804)	(36.589)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	(12.804)	(36.589)

As 3 Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas

internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. Os terrenos não são depreciados e a depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus respectivos valores residuais durante a vida útil estimada, como segue: • Edificações: de 10 a 60 anos; Máquinas e equipamentos: de 5 a 30 anos; • Móveis e utensílios: de 2 a 30 anos; e • Outros ativos: de 2 a 30 anos. **2.9. Intangível** - **(a) Softwares** - As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos a serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil dos softwares de cinco anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa conforme incorridos. **(b) Direitos minerários** - Os direitos minerários são avaliados pelo valor de custo de aquisição e sujeitos a testes de recuperação (*impairment*). A amortização dos direitos minerários será calculada pelo período de vida útil estimado da mina com base na relação obtida entre a produção efetiva e o montante total das reservas provadas. **2.10. Impairment de ativos não financeiros** - Os ativos que estão sujeitos à amortização ou depreciação são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor pelo qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. No caso de ativos relacionados à exploração mineral, as estimativas utilizadas para a verificação de *impairment* serão revisadas com base no Estudo de viabilidade econômica, e que atende aos requerimentos de avaliação de *impairment* mencionados no CPC 01 / IAS 36. Os fluxos de caixa são baseados em: • Estimativas de capacidade de produção da mina de minério de ferro do projeto; • Níveis de produção futuros de minério de ferro; • Estimativas futuras da cotação de preços do minério de ferro no mercado ativo; e • Custos futuros de produção, gastos com investimentos na mina, gastos com restauração da área a ser explorada, e gastos com danos ambientais. Ativos intangíveis com vida útil indefinida que ainda não estejam sendo amortizados são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. A administração avaliou possíveis perdas de valor recuperável dos seus ativos e não identificou efeitos nos exercícios apresentados. **2.11. Fornecedores** - Fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até 12 meses. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, com o uso do método de taxa de juros efetiva. **2.12. Empréstimos** - Os empréstimos são tomados com partes relacionadas e são apresentados pelos valores em moeda estrangeira, convertidos para reais na data do balanço. Tais empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, sendo que não ocorreram custos da transação na sua aquisição e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Os empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos da transação e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado. A despesa de juros sobre empréstimos é reconhecida no resultado através do método da taxa efetiva de juros. Os custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável que requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos dos empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos pela Companhia relativos ao empréstimo. A Companhia é parte em contratos de *Profit Participating Loans* ("PPL") com seu acionista controlador e com as subsidiárias de seu acionista controlador. Os recursos recebidos sob os contratos de PPL representam empréstimos e contribuições ao capital. A diferença entre o valor dos empréstimos reconhecidos pelo valor justo no momento inicial e o montante recebido sob os contratos de PPL é reconhecida como uma contribuição ao capital no patrimônio líquido. **2.13. Provisões** - As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*), como resultado de eventos passados, é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor foi estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **2.14. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido** - A Companhia encontra-se em fase de pesquisa e não possui receitas ou rendas sujeitas à tributação pelo imposto de renda ou contribuição social. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações contábeis. As alquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. O imposto de renda e contribuição social, diferidos ativos, são reconhecidos somente na proporção em que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. A Companhia decidiu por não reconhecer os impostos diferidos ativos, tendo em vista encontrar-se em fase de pesquisa. **2.15. Capital social** - As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. **2.16. Receita financeira** - A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. A receita de juros de ativos financeiros ao custo amortizado calculada utilizando o método da taxa de juros efetiva é reconhecida na demonstração do resultado como parte da receita financeira de juros. A receita financeira é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto de um ativo financeiro exceto para ativos financeiros que, posteriormente, estejam sujeitos à perda de crédito. No caso de ativos financeiros sujeitos à perda de crédito, a taxa de juros efetiva é aplicada ao valor contábil líquido do ativo financeiro (após a dedução da provisão para perdas). **3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos** - As estimativas e

Demonstração do fluxo de caixa

	Nota	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		(12.804)	(36.589)
Prejuízo do exercício		-	-
Ajustes para reconciliação do prej. do exerc.		133	135
Depreciação e amortização	7 e 8	237	58
Provisões	10 e 11	11.848	35.789
Juros e variação cambial	15	-	-
Variações no capital circulante		(30)	(19)
Fundos restritos	6	(19)	5
Tributos a recuperar		60	(283)
Fornecedores		31	98
Outros ativos e passivos		(602)	(806)
Caixa liq. usado para ativi. operacionais		(602)	(806)
Fluxo de caixa das ativi. de financ.		45	89
Captação de recursos de partes relacionadas	9	45	89
Caixa liq. gerado pelas ativi. de financ.		(499)	(717)
Redução do caixa e equivalentes de caixa		2.640	3.357
Caixa e equiv. de caixa no início do exerc.		2.141	2.640
Caixa e equiv. de caixa no final do exerc.		1.543	1.543

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas

os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas, que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos para o próximo exercício financeiro, estão descritas a seguir: **(a) Continuidade operacional** - A Administração da Companhia elaborou suas demonstrações contábeis no pressuposto de continuidade das suas operações e considera em sua principal ação o suporte financeiro de seu acionista controlador, garantindo assim que a liquidez esteja adequada e disponível para atender às obrigações contratuais e para os obter recursos adicionais quando necessário. A ocorrência desses eventos em sua plenitude e em um período apropriado são considerados julgamentos críticos pela administração da Companhia. **(b) Taxa de juros sobre empréstimos** - As transações de empréstimos, para liquidação dos gastos referentes as despesas de exploração, pesquisa, sondagem e administrativas, não prevê a incidência de juros. Com isso, os ajustes a valor justo adotados são realizados como intuito de refletir o custo de captação de recursos em um ambiente de livre concorrência. Onde a taxa de desconto utilizada deve refletir as avaliações atuais do mercado, do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos das transações. **(c) Perda (impairment) do intangível** - O intangível da Companhia, representado também por direitos de exploração são revisados anualmente para verificar se há indicativos de *impairment* ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*. Uma perda por *impairment* será reconhecida pela diferença entre valor contábil do ativo excedente e o valor recuperável verificado. Os direitos minerários da Companhia correspondem os processos de pesquisa e estudo mineral concedidos pela Agência Nacional de Mineração ("ANM"), compostos pelo custo histórico de pesquisa, consultorias técnicas e sondagens, cuja amortização será iniciada quando começar a produção mineral, e em prazo que corresponderá à vida útil estimada das reservas provadas. **4. Gestão de risco financeiro** - As atividades da Companhia expõem a diversos riscos financeiros: risco de moeda, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A administração identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros. **(a) Risco de moeda** - Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor em decorrência da flutuação das taxas de câmbio. As avaliações da sensibilidade dos instrumentos financeiros não-derivativos a essa variável são apresentadas abaixo: (i) Seleção dos riscos - A Companhia selecionou o risco de mercado que mais pode afetar o valor dos instrumentos financeiros por ela detidos, que é a taxa de câmbio dólar-real. Para efeito da análise de sensibilidade a riscos, a Companhia apresenta a exposição à moeda como se fosse independente, ou seja, sem refletir na exposição a uma taxa de câmbio, os riscos de variação de outras taxas de câmbio que poderiam ser indiretamente influenciadas por ela. (ii) Seleção dos cenários - A Companhia considera três cenários na análise de sensibilidade. Além de uma variação considerada razoável, outros dois cenários que possam representar efeitos adversos para a Companhia. Na elaboração dos cenários adversos, a Companhia considerou apenas o impacto das variáveis sobre os instrumentos financeiros. Não foi considerado o impacto global nas atividades da Companhia. O cenário razoável considerado foi a cotação do dólar de fechamento. Foi considerada uma alta para a taxa de câmbio dólar-real de 25% e de 50% para os cenários adicionais adversos, da cotação do dólar em relação ao dólar de fechamento para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Os valores de sensibilidade na tabela a seguir são de variações do valor dos instrumentos financeiros sob cada cenário. (iii) Sensibilidade à taxa de câmbio dólar-real - A sensibilidade de cada instrumento financeiro à variação da taxa de câmbio dólar-real é apresentada na tabela abaixo:

	Valor justo em US\$ 31.12.2021	Taxa de câmbio		Cenário	
		razoável	adverso I	adverso II	
Empréstimos com partes relacionadas (passivo) impacto no resultado do período (despesa)	30.653	5.5805	171.061	213.826	256.592
			Sem impacto	(42.765)	(85.531)

(b) Risco de crédito - O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre substancialmente de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a contas a receber de partes relacionadas. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante os exercícios, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes. **(c) Risco de liquidez** - A administração monitora as previsões contínuas das necessidades de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades de suas atividades. Essa condição é obtida, essencialmente, pela obtenção de recursos financeiros de seu acionista controlador. **(d) Instrumentos financeiros por categoria** - Os principais instrumentos financeiros da Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, fundos restritos, fornecedores e empréstimos e financiamentos.

	Categoria	2021	2020
		Caixa e equiv. de caixa	2.141
Fundos restritos	Ao custo amortizado	737	706
		2.878	3.346

	Categoria	2021	2020
		Fornecedores	91
Empréstimos	Ao custo amortizado	171.783	159.890
		171.874	159.921

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma liquidação ou venda forçada. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não havia diferença significativa entre os valores contábeis e os de mercado para os instrumentos financeiros da Companhia.

	2021	2020
	Depósitos bancários	135
Aplicações financeiras de curto prazo	2.006	2.607
	2.141	2.640

Continua >>>

>>> Continuação MINERAÇÃO MINAS BAHIA S.A. CNPJ: 07.241.422/0001-06

As aplicações financeiras, de risco baixo de crédito, referem-se substancialmente às aplicações em Operações Compromissadas, Certificado de Depósito Bancário (CDB-DI), com liquidez diária (disponível para saques e transferências), com rentabilidades vinculadas aos Certificados de Depósitos Interbancários ("CDI"). **6. Fundos restritos** - Por determinação judicial, através de processo litigioso, foi contratada uma garantia financeira (fiança) para assegurar provável dívida pecuniária, referente a verbas trabalhistas não calculadas pela Companhia KVN South América Mineração, onde a Companhia Minas Bahia responde solidariamente. Com montante de R\$ 720 (2020 - R\$ 688), a fiança sem prazo de vencimento foi reajustada pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor). Em cumprimento ao contrato da referida fiança, a Companhia mantém aplicações CDB-DI no montante de R\$ 736 (2020 - R\$ 706), sem liquidez imediata, com rentabilidade vinculada ao CDI, em moeda nacional e de baixo risco de crédito, com o garantidor da fiança, Itaú Unibanco.

	Edificações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Outros	Total
7. Imobilizado					
Custo					
Em 01/01/2020	5.574	960	291	495	7.320
Em 31/12/2020	5.574	960	291	495	7.320
Depreciação acumulada					
Em 01/01/2020	(3.108)	(670)	(201)	(495)	(4.474)
Depreciação	(69)	(49)	(17)	(135)	(135)
Em 31/12/2020	(3.177)	(719)	(218)	(495)	(4.609)
Saldo contábil					
Em 31/12/2020	2.397	241	73	-	2.711
Custo total	5.574	960	291	495	7.320
Depreciação acumulada	(3.177)	(719)	(218)	(495)	(4.609)
	2.397	241	73	-	2.711
Custo					
Em 01/01/2021	5.574	960	291	495	7.320
Em 31/12/2021	5.574	960	291	495	7.320
Depreciação acumulada					
Em 01/01/2021	(3.177)	(719)	(218)	(495)	(4.609)
Depreciação	(70)	(47)	(16)	(133)	(133)
Em 31/12/2021	(3.247)	(766)	(234)	(495)	(4.742)
Saldo contábil					
Em 31/12/2021	2.327	194	57	-	2.578
Custo total	5.574	960	291	495	7.320
Depreciação acumulada	(3.247)	(766)	(234)	(495)	(4.742)
	2.327	194	57	-	2.578
8. Intangível					
Custo					
Em 01/01/2020	-	1.543	-	178	1.721
Adições	-	-	-	-	-
Em 31/12/2020	-	1.543	-	178	1.721
Amortização acumulada					
Em 01/01/2020	-	-	-	(178)	(178)
Amortizações	-	-	-	(178)	(178)
Em 31/12/2020	-	-	-	(178)	(178)
Saldo contábil					
Em 31/12/2020	-	1.543	-	178	1.721
Custo total	-	1.543	-	178	1.721
Amortização acumulada	-	-	-	(178)	(178)
	-	1.543	-	178	1.721
Custo					
Em 01/01/2021	-	1.543	-	178	1.721
Adições	-	-	-	-	-
Em 31/12/2021	-	1.543	-	178	1.721
Amortização acumulada					
Em 01/01/2021	-	-	-	(178)	(178)
Amortizações	-	-	-	(178)	(178)
Em 31/12/2021	-	-	-	(178)	(178)
Saldo contábil					
Em 31/12/2021	-	1.543	-	178	1.721
Custo total	-	1.543	-	178	1.721
Amortização acumulada	-	-	-	(178)	(178)
	-	1.543	-	178	1.721

9. Partes relacionadas - (a) Transações e saldos - Os saldos com partes relacionadas possuem a seguinte composição:

	2021		2020	
	Passivo circulante	Resultado financeiro	Passivo circulante	Resultado financeiro
Bahia Mineração S.A. (i)	370	(57)	-	-
Bahia Minerals B.V. (ii)	171.061	(11.764)	159.297	(35.765)
Bahia Mineração S.A. (ii)	352	(26)	593	(24)
Saldo em 31 de dezembro	171.783	(11.848)	159.890	(35.789)

(i) Contrato de rateio de gastos administrativos - A Companhia possui contrato de rateio de gastos administrativos ("cost sharing") com a Bahia Mineração S.A. ("BAMIN"). O contrato de cost sharing possui correção dos montantes rateados através do índice de inflação até a data de pagamento. (ii) Contratos de mútuo e empréstimos - Os contratos de mútuo, entre a Companhia e a BAMIN, assim como os contratos de empréstimos sob o formato de Profit Participating Loans (nota 2.12), com a Bahia Minerals B.V., tem uma taxa de desconto de 7% (2020, 7%), onde os custos de empréstimos, sob o formato Profit Participating Loans foram de R\$ 11.604 (2020, R\$ 11.186), com estimativa de pagamento para o ano 2026. **(b) Transações e movimentações**

	2021	2020
Saldo inicial em 1º de janeiro	159.890	124.012
Ingresso de recursos	45	89
Juros e variação cambial, líquidos	23.822	46.940
Ganhos com empréstimos (nota 15)	(11.974)	(11.151)
Saldo final em 31 de dezembro	171.783	159.890

10. Provisões para riscos trabalhistas

	2021	2020
Riscos trabalhistas	343	350
	343	350

A Companhia possui provisões referentes a verbas trabalhistas não calculadas pela Companhia KVN South América Mineração, onde a Companhia responde solidariamente, avaliados pelos consultores jurídicos como sendo de risco provável. **Riscos de perdas considerados possíveis e, portanto, não provisionados** - Na data base de 31 de dezembro de 2021 foram identificados passivos contingentes provenientes de ações trabalhistas no montante de R\$ 188 (2020 - R\$ 143). Estes litígios estão sendo acompanhados pelos nossos assessores jurídicos, que consideram sua perda como possível, portanto não estão provisionados. Conforme informações dos assessores jurídicos, não existem outras demandas judiciais contra a Companhia que possam impactar suas demonstrações contábeis e que venham requerer substituição de provisão além daquelas já registradas. De acordo com a legislação vigente, as operações da Companhia estão sujeitas a revisão pelas autoridades fiscais por prazos que variam em função da natureza dos tributos. Consequentemente, contingências que possam advir de eventuais fiscalizações não podem ser determinadas neste momento.

11. Recuperação ambiental

	2021	2020
Provisão para recuperação de áreas degradadas	619	375
	619	375

A Companhia reconhece uma provisão referente à expectativa de recuperação ambiental e desmonte das estruturas presentes até a presente data, como parte das obrigações esperadas no plano de recuperação de áreas degradadas, principalmente, decorrentes da implantação dos empreendimentos da Companhia. O valor provisionado foi mensurado com base em valores de mercado para contratação de mão de obra especializada, locação de máquinas e equipamentos, remoção de pilhas, desmonte de máquinas, edificações, recuperação e reflorestamento das áreas impactadas.

12. Patrimônio líquido negativo - (a) Capital social - O capital social autorizado está representado por 296.866 ações, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada, distribuídas em 296.865 ações pertencentes a Bahia Minerals B.V. e 1 ação pertencente a Bahia Mineração S.A. **(b) Contribuição ao capital** - As contribuições ao capital estão representadas pelo montante acumulado de R\$ 57.809 (2020 - R\$ 57.809). De acordo com o CPC 32/IAS 12, o tributo diferido não é reconhecido sobre contribuição ao capital, uma vez que a contribuição ao capital não gera diferenças temporárias entre o valor contábil e a base fiscal dos saldos patrimoniais. A contribuição de capital não está sujeita a tributação no Brasil.

13. Despesas gerais e administrativas

	2021	2020
Consultorias, assessorias e serviços técnicos	346	239
Arrendamentos de curto prazo	226	195
Depreciações e amortizações	133	135
Pessoal	32	56
Outros	80	111
	817	736

14. Outras despesas, líquidas

	2021	2020
Provisões para riscos trabalhistas	49	134
Reversões de provisões para riscos trabalhistas	(56)	(34)
Provisões para recuperação de áreas degradadas	244	-
Reversões de provisões para recuperação de áreas degradadas	-	(42)
Outros	17	88
	254	146

15. Resultado Financeiro

	2021	2020
Receitas financeiras	-	-
Receitas de aplicação financeira	116	96
Ganhos com empréstimos	11.974	11.151
	12.090	11.247

	2021	2020
Despesas financeiras	-	-
Juros sobre empréstimos	(11.604)	(11.186)
Variação cambial passiva sobre empréstimos	(12.160)	(35.754)
Outras despesas financeiras	(60)	(14)
	(23.824)	(46.954)
	(11.634)	(35.707)

Diretoria
Eduardo Ledsham - Diretor Presidente
Alexandre Aigner - Vice Presidente

Gerência financeira
Igor Berbert - Gerente Geral Financeiro
Rilson Cruz - Contador - CRC BA nº 036891/O-5

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da Mineração Minas Bahia S.A. Belo Horizonte - MG.

Opinião com ressalva - Examinamos as demonstrações contábeis da Mineração Minas Bahia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião com ressalva** - Conforme descrito na Nota 8, a Companhia possui registrado em suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, saldo de ativo intangível referente a direitos de exploração no valor de R\$ 1.543 mil (R\$ 1.543 mil em 31 de dezembro de 2020). Não obtivemos evidências de auditoria suficientes e apropriadas em relação ao referido saldo e, consequentemente, não foi possível determinar os ajustes que possam vir a ser requeridos em relação ao saldo de ativo intangível em 31 de dezembro de 2021, assim como seus correspondentes impactos na demonstração do resultado do exercício, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa do exercício findo nessa data. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas

profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Ênfase - incertezas envolvendo as atividades exploratórias da Companhia** - Chamamos a atenção para a nota explicativa 8 às demonstrações contábeis, que indica que a Companhia despendeu montantes significativos relacionados aos ativos fixos, cuja recuperação está sujeita ao sucesso de suas campanhas exploratórias em andamento. O investimento em montantes significativos na exploração de reservas minerais pode não resultar em descoberta de reservas economicamente viáveis. As demonstrações contábeis não incluem quaisquer ajustes que seriam requeridos caso os investimentos não apresentem o resultado esperado, que depende do sucesso de suas operações futuras. Adicionalmente, a Companhia incorreu no prejuízo de R\$ 12.804 mil durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e, conforme balanço patrimonial nessa data, possui um patrimônio líquido negativo de R\$ 165.455 mil e prejuízos acumulados de R\$ 223.561. Os planos da administração em relação às suas atividades operacionais estão descritos nas notas explicativas 1 e 3 (a). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor** - A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas**

demonstrações contábeis - A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria

apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejar nossos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Salvador, 08 de novembro de 2022.

ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6
Daniel Peixoto - Contador CRC-1BA025348/O-9

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/63F7-37D6-7C54-5B22> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 63F7-37D6-7C54-5B22



Hash do Documento

cMHQkA9ZcggWxBa4oBambhBE1twhoMeuMrqquJwU/Fw=

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 24/03/2023 é(são) :

Ruy Adriano Borges Muniz (ADMINISTRADOR) - 464.189.546-53

em 24/03/2023 22:26 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital - EDIMINAS S A EDITORA GRAFICA

INDUSTRIAL DE MINAS - 19.207.588/0001-87

